

# POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: O PAPEL DA UNIVERSIDADE EM QUESTÃO

Gabriela Machado Ribeiro

## **Resumo**

*Este trabalho tem por finalidade apresentar uma pesquisa em andamento que pretende investigar “se” e “como” as universidades públicas brasileiras investem em políticas de esporte e lazer. Para dar conta do detalhamento das políticas de esporte e lazer das universidades a pesquisa prevê identificar de que forma o esporte e o lazer são contemplados nos Projetos Pedagógicos Institucionais, Planos de Desenvolvimento Institucional e projetos do REUNI das universidades públicas brasileiras. No decorrer deste estudo procurar-se-á construir interpretações a partir da análise dos documentos oficiais das universidades públicas através da consulta em sites e páginas oficiais das universidades públicas.*

**Palavras Chave:** *políticas de esporte e lazer, universidade, análise documental*

## **Abstract**

*This work is purpose to present a research project that aims to investigate “if” and “how” Brazilian public universities are investing in policies for sports and leisure. To account for the detailed policies for sport and leisure for universities to provide research to identify how the sport and recreation are covered by the Pedagogical Projects Institutional Development Plans and Institutional projects REUNI Brazilian public universities. During this study will seek to build interpretations from the analysis of official documents from public universities through consultation on official Web sites and pages of public universities.*

**Keywords:** *politics of sport and leisure, university documentary analysis*

## **Resumen**

*Este trabajo tiene como objetivo presentar un estudio en curso que tiene como objetivo investigar “si” y “como” las universidades públicas brasileñas están invirtiendo en las políticas de deporte y ocio. Para tener en cuenta las políticas de desarrollo del deporte y el ocio para que las universidades ofrecen investigación para identificar cómo el deporte y la recreación son cubiertos por el Pedagógico de Proyectos de Desarrollo Institucional Planes y proyectos institucionales reunificado universidades públicas brasileñas. Durante este estudio tratará de aprovechar las interpretaciones a partir del análisis de los documentos oficiales de las universidades públicas a través de consultas en los sitios web oficiales y las páginas de las universidades públicas.*

**Palabras claves:** *la política del deporte y el ocio, la universidad de análisis documental*

## **Introdução**

Os estudos relacionados às manifestações de esporte e lazer tem aumentado significativamente nos últimos anos, tendo esses, voltado a atenção aos mais diversos enfoques. As recentes pesquisas têm evidenciado desde temáticas sobre as diferentes possibilidades de vivência dos esportes e do lazer, implicações desses em diferentes

contextos sociais, formação e atuação profissional das pessoas que trabalham na área até a formulação de políticas públicas de fomento ao esporte e lazer.

O desenvolvimento desses estudos constitui, ao campo do esporte e lazer, e em especial aos profissionais e gestores que atuam neste âmbito, uma fonte de conhecimentos e reflexão sobre os diversos aspectos que permeiam a área.

Apesar das diferentes facetas das manifestações de esporte e lazer estarem sendo pesquisadas, o papel das universidades enquanto promotora de políticas e concretizadora de ações planejadas é uma questão que poucos se aventuram a investigar.

Desvendar as possibilidades do esporte e lazer no âmbito universitário, compreender essas manifestações para além de atividades compensatórias, refletir sobre as questões relacionadas às práticas corporais, ao esporte e ao lazer como elementos para a melhoria da qualidade das relações inter e intrapessoais no ambiente universitário é um grande desafio.

Dessa forma, nesse trabalho nos propomos a apresentar um projeto de pesquisa em andamento que tem como objetivo central investigar se as universidades públicas brasileiras investem em políticas de esporte e lazer e qual o teor das propostas existentes. Para dar conta do detalhamento das políticas de esporte e lazer das universidades a pesquisa prevê identificar de que forma o esporte e o lazer são contemplados nos Projetos Pedagógicos Institucionais, Planos de Desenvolvimento Institucional e projetos do REUNI das universidades públicas brasileiras; conhecer as instâncias que formulam e discutem as políticas de esporte e lazer nas instituições de ensino superior; analisar o entendimento e as concepções acerca do esporte e lazer presentes nos documentos oficiais das universidades públicas brasileiras.

Na busca de compreender as relações contraditórias e conflitantes da elaboração de políticas de esporte e lazer no âmbito universitário e desvelar essas relações com a totalidade optamos pelo método dialético materialista para desenvolver o estudo. A opção por esse método se dá pela compreensão de que esse constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO, 1991, p. 77). Possibilita o entendimento de como a estrutura econômica, entendida como um complexo de relações sociais (políticas, ideológicas, culturais, educacionais) que os homens instituem na produção e reprodução material de sua existência, define, em última instância, a configuração da sociedade em suas dimensões.

Para tanto, no decorrer deste estudo procurar-se-á construir interpretações a partir da análise dos documentos oficiais das instituições de ensino superior públicas através da consulta em sites e páginas oficiais das universidades públicas. A que se considerar que os documentos se constituem uma fonte rica e estável de dados configurando ao longo do tempo uma importância histórica. Nessa abordagem metodológica não há possibilidade de generalizações, e as interferências que se produz a partir do processo investigatório se traduzem em hipótese de trabalho, se referindo ao um contexto em particular (MOLINA NETO, 1999).

Partimos do princípio que as universidades tem como uma de suas grandes responsabilidades refletir sobre os significados sociais e os modelos científicos que envolvem as questões decorrentes da realidade social. Nessa direção, a reflexão e produção de conhecimento acerca do entendimento das universidades sobre as questões de esporte e lazer no âmbito universitário se faz necessária.

## **Políticas de Esporte e Lazer: Algumas considerações**

Diversos autores e obras definem o lazer como um instrumento com características culturais, educacionais e sociais. Todavia, o lazer em geral, em um dado momento, foi compreendido apenas como uma fração de tempo situada no âmbito do chamado tempo livre. Era entendido como um fenômeno decorrente das conquistas trabalhistas, materializado na forma da limitação da jornada de trabalho, das férias e fins de semana remunerados, que constituem ainda hoje os períodos de tempo institucionalizados para os descansos, passatempos e diversões. (GOMES, 2004).

Com o passar do tempo foram enunciados diferentes entendimentos acerca do lazer. Uma das principais contribuições foi o pensamento de Dumazedier, que ao longo das décadas de 70 e 80, teve grande influência e aceitação no Brasil contribuindo significativamente para as pesquisas no âmbito do lazer (GOMES, 2004).

Atualmente, esse é entendido como “uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo”. (GOMES, 2004, p 125).

O esporte e o lazer ao constituírem - se direito social garantido constitucionalmente demandam, para que se tornem democraticamente acessíveis, a elaboração de políticas públicas consistentes.

Essa necessidade, por muito tempo foi negligenciada pelo poder público que pouco investiu em ações para o estabelecimento de políticas de lazer capazes de serem articuladas com outras esferas de atuação e de serem vinculadas com iniciativas espontâneas da comunidade (MARCELLINO, 2001).

As lacunas existentes no rol das políticas sociais são, em grande medida, oriundas das políticas neoliberais que, entre outras diretrizes, preconizam o descomprometimento do Estado com as questões sociais, fomentam a minimização da participação estatal na economia do país e no mercado de trabalho e acenam para uma economia alicerçada nas empresas privadas e nos princípios do capitalismo.

Nesta direção, cabe ressaltar que no trato de políticas públicas, seja de qual for a natureza, é preciso levar em conta as estruturas de poder e dominação existentes bem como os conflitos que permeiam o contexto social e convergem no Estado, pois como alerta Manhães (2002) estabelecer políticas públicas é sempre eleger prioridades.

Ao discorrer sobre o desenvolvimento de políticas setoriais para a garantia dos direitos sociais, Meily Linhales afirma que:

o conteúdo de uma política social, bem como as possibilidades para a sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado, que em outros termos significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão sustentação. Estes por sua vez, interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população, e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos. (LINHALES, 1998, p.72)

Assim, a escolha de uma dada política pública diz respeito necessariamente à concepção da relação Estado/ Sociedade presente em toda a política pública, como forma de intervenção na realidade. Essas são condicionadas por interesses e expectativas de diferentes grupos sociais sendo seu processo de deliberação caracterizado por transações, pressões e confrontos acirrados.

No que tange as manifestações de esporte e lazer, as ações governamentais, tem sido conduzidas historicamente por órgãos com pouca autonomia administrativa, estando via de regra submetidos a Departamentos de Esporte, Cultura, Turismo,

Educação, etc., com atividades muitas vezes restritas a práticas pontuais, e desarticuladas do conjunto da ação do governo, sendo comum perceber por parte de seus gestores um entendimento limitado das manifestações de lazer, restringindo esta análise muitas vezes, aos gastos apenas com ações relacionadas ao desenvolvimento de atividades esportivas competitivas (LINHALES, 1998).

Neste contexto, é pertinente salientar que é dever dos órgãos públicos, assumir a responsabilidade de ofertar e estimular a vivência da cidadania plena, assegurando que as práticas de lazer aconteçam de maneira a despertar a autonomia, criticidade e criatividade das pessoas envolvidas. Todavia, o fato do poder público se ausentar da responsabilidade de garantir a democratização do acesso às possibilidades do lazer faz com que o poder privado, por meio da indústria cultural, assumam tal função.

Quando ouvimos falar sobre lazer o vemos, na maioria das vezes, sendo relacionado a algum meio de consumo, isto porque nas últimas décadas a indústria do entretenimento tornou-se uma espécie de sinônimo do lazer contemporâneo. As iniciativas privadas oferecem, na maioria das vezes, oportunidades de vivenciar o tempo livre de forma alienada, acrítica e dependente, dando origem a processos de exclusão dos menos favorecidos sócio-economicamente.

Na tentativa de superar essa condição e assegurar esse direito às populações e democratizar o acesso às manifestações de esporte e lazer, o governo federal tem proposto diferentes políticas dentre as quais destacam-se o Programa de Esporte e Lazer na Cidade, o programa Segundo Tempo, entre outros, vinculados ao Ministério do Esporte e gerenciados pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Apesar de compreendermos que essas ações governamentais constituem-se um importante passo em prol da democratização do acesso ao esporte e ao lazer, percebemos que são insuficientes e tem a sua abrangência limitada.

Assim, na tentativa de contribuir com esse debate acerca da democratização dessas manifestações, compreendemos que a universidade pública pode apresentar-se como uma instituição capaz de oferecer experiências de lazer, uma vez que nessa são produzidos e difundidos conhecimentos acerca desse campo de estudo. Entendendo o esporte e o lazer como fenômenos sócio-culturais de cunho formador do cidadão, torna-se pertinente à comunidade universitária o acesso as diferentes formas de manifestação cultural, para que se apropriem dessas por meio de vivências, análises críticas e reflexões.

Além de possibilitar a inclusão e o acesso aos diferentes bens culturais, a universidade pode se configurar como um espaço diferenciado de esporte e lazer. Nesta direção, Marcellino (2002) argumenta que as escolas oferecem diversas opções para o lazer, uma vez que possuem uma estrutura física (salas, quadras, pátios, auditórios) capaz de abrigar vivências nos vários campos de interesse. Além disso, as escolas estabelecem vínculos estreitos com a comunidade no entorno apresentando-se, nos dias não letivos (férias, finais de semana e feriados), como espaço de promoção e usufruto de atividades lúdicas e esportivas.

Aproximando as considerações feitas por Marcellino acerca do espaço da escola, ao espaço da Universidade, uma vez que possui espaços semelhantes e possibilidades no campo do lazer tão ricas quanto as da escola, podemos dizer que as universidades têm a incumbência de pensar as suas ações e sua responsabilidade em relação à promoção de espaços/tempo de vivência de esporte e lazer. Isso se torna necessário à medida que o lazer é tido como possibilidade de prática de emancipação e educação durante o tempo livre.

É válido salientar que o protagonismo das universidades na promoção de políticas de esporte e lazer deve atentar para não desenvolver ações de *caráter funcionalista* em que o lazer como uma função social destina-se a manter a ordem social dominante; *de caráter compensatório* em que esse é entendido como algo necessário para compensar os dias de tarefas difíceis ou de *caráter utilitarista* em que é visto como algo útil, que se não for produtivo não serve para nada (MARCELLINO, 1987).

Cabe recordar que na história do Brasil nas décadas de 70, 80 e início dos anos 90, a Educação Física passou a ser disciplina obrigatória aos alunos de graduação de todos os cursos de ensino superior. Por meio de decreto de lei as universidades passam a ter o dever de estimular atividades de Educação Física e desportos mantendo orientação adequada e instalações especiais. Castellani Filho (1994), ao escrever sobre a história da Educação Física brasileira, afirma que a presença da disciplina no ensino superior tinha uma finalidade específica e fundamental:

(...)coube à Educação Física o papel de, entrando no ensino superior, por conta do Decreto-lei n.º 705/69, colaborar, através de seu caráter lúdico esportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil. Evidenciavam-se, dessa forma, os traços alienados e alienantes absorvidos pela “personagem” vivida pela Educação Física (CASTELLANI, 1994, p. 121).

Neste contexto, a Educação Física é implementada nas universidades com o objetivo explícito de desenvolver práticas compensatórias e funcionalistas de lazer, proporcionar práticas desportivas fundamentadas em resultados quantificáveis e, principalmente, promover desmobilização política dos estudantes nos Campus Universitários”, que na época constituíam e representavam um importante foco de resistência à ditadura militar (CASTELLANI FILHO, 1994).

A maneira como as atividades físicas foram propostas e o caráter competitivo em que foram instituídas, bem como a valorização do brasileiro-desportista, além de evidenciar as fortes estratégias de governo para o controle e desmobilização da comunidade universitária, também acarretaram a descaracterização e destituição do significado e papel da Educação Física enquanto componente de formação do homem através da dimensão corporal.

Se na época o esporte universitário devia, como relembra Castellani Filho (1994), cumprir a “função de envolver os estudantes em práticas esportivas e lúdicas como uma ação estratégica de distração para contrapor e/ou controlar as práticas políticas militantes de combate ao poder militar”, atualmente, a situação passou a totalmente inversa. Da obrigatoriedade a prática desportiva passou a ser quase que negligenciada nos campus universitários. Foram reduzidos drasticamente os incentivos práticas desportivas competitivas, às possibilidades da prática da atividade física para melhoraria da qualidade de vida, foram limitadas as oportunidades de práticas corporais enquanto forma de aprendizagem cultural, e é escasso o apoio a participação em atividades de lazer decorrentes de programas organizados na perspectiva da formação educacional e cultural dentro da Universidade.

Apesar do panorama histórico de modelo autoritário, das configurações, significações e objetivos implícitos que pautaram o incentivo àquelas práticas desportivas universitárias, compreendemos que é de suma importância que as universidades voltem a se preocupar com o fomento de políticas de esporte e lazer no ambiente universitário.



As universidades, para cumprirem seus compromissos com a comunidade, devem se atentar à dinâmica da sociedade e suas demandas, dentre elas o acesso às práticas de esporte e lazer. Há que se ressaltar nesse espaço a importância do esporte e do lazer como um bem cultural, historicamente construído pela humanidade e, portanto, passível de ser legitimado como um direito de todos.

Conforme Marcellino (1987), o lazer pode se constituir como uma espécie de denúncia da realidade, na medida em que contribui para mostrar, em forma de sentimento, a contradição entre obrigação e prazer, e colocada como reivindicação social, levando em consideração a história de vida dos atores sociais, suas características culturais, e sua relação como o tempo e com o espaço.

A aproximação da área da educação com a temática do lazer exige que nossa compreensão sobre o educativo ultrapasse os limites da escola e abarque a vida em todas as suas dimensões. Ao compreendermos o lazer como um espaço/ tempo em que se educa, que se manifesta como um privilegiado veículo de educação; que demanda para suas práticas aprendizado, estímulo, iniciação para o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação, ele manifesta-se como um duplo processo educativo, apresentando-se como veículo e objeto de educação (MARCELLINO, 1987).

### **Dados Preliminares: O caso do Esporte e o Lazer no âmbito universitário**

Ao realizar uma consulta prévia em nos *sites* oficiais de 54 (cinquenta e quatro) Universidades Federais do país, e consultarmos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 44 (quarenta e quatro) dessas, foi possível constatar que (16 dezesseis) dessas universidades não mencionam em momento algum a preocupação com o fomento da prática do esporte e lazer pela comunidade universitária. A grande maioria, dos PDIs das instituições pesquisadas citam as atividades esportivas e de lazer atreladas aos planos de ações extensionistas a serem oferecidas pela instituição, ou ligadas aos programas de assistência estudantil. (MARIN, et al, 2009)

Em geral, as instituições oferecem atividades de extensão variadas que são desenvolvidas através de projetos com datas de início e término pré- estabelecidos, deixando a continuidade dos projetos a mercê da vontade dos professores responsáveis ou da renovação desses pelos órgãos competentes. Essas iniciativas, são chamadas de “políticas de atividade” (Zigoni 1997, p. 34).

### **Palavras Finais**

É pertinente destacar que essas constatações preliminares ainda são muito incipientes para fazer qualquer tipo de análise mais aprofundada. Apesar de a pesquisa encontrar-se em fase inicial, é possível acenar que as Universidades Federais Brasileiras, em geral, não tem demonstrado preocupação em incluir questões acerca do esporte e lazer em seus Planos de Desenvolvimento Institucional. Esse fato nos induz a entender que o lazer tem sido considerado um bem supérfluo no conjunto de necessidades básicas, e tem destituído de si, o seu potencial de formação humana.

## REFERÊNCIAS

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus. 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio . O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7 ed, São Paulo, Cortez Editora, 1991 (p. 71-90).

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, C. L. (Org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119 – 126

LINHALES, Meily Assbú. São as Políticas Públicas para a Educação Física/ Esporte e Lazer, efetivamente, políticas sociais? **Motrivivência**: Florianópolis, UFSC, n.11, p. 71-81, set. 1998.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARIN, Elizara Carolina, et al. **Políticas de Lazer Nas Instituições de Ensino Superior: Uma Discussão a partir da Práxis** In: XIX Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2009, Florianópolis. Anais do XIX ENAREL, 2009.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho: **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. 2ª Ed. Campinas, Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer – uma introdução**. 3. ed., Campinas: Autores Associados, 2002.

MOLINA NETO, V., TRIVIÑOS, A. N S (Org.) **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS Sulina, 1999.

WERNECK, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: CELAR: UFMG, 2000.

ZIGONI, P. **Políticas Públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão**. In: *Motrivivência*, Ano X, nº 11, set/1998, p. 31-47.

Gabriela Machado Ribeiro  
Rua: Almirante Tamandaré 251/302  
Bairro: Centro  
Pelotas-RS  
CEP: 96010-750